

Soldado teme ser morto

SERGIO ALMEIDA

MILITAR QUE DENUNCIOU OFICIAL E FOI ESPANCADO PEDE GARANTIA DE VIDA À PM

O soldado Adercílio Teixeira da Silva Júnior, 27 anos, lotado no 3º Batalhão de Polícia Militar (BPM), que cobre o policiamento na Asa Norte, entrou ontem com pedido de garantia de vida, na Corregedoria da corporação. Além disso, o policial pediu ao Comandante-Geral da PM, coronel Ruy Sampaio, sua transferência para outra unidade militar e quer também que o Ministério Público Militar acompanhe o caso.

Os pedidos foram protocolados, ontem à tarde, no Comando-Geral e na Corregedoria, pela advogada Maria Lúcia Bezerra Nunes, um dia depois de Adercílio Teixeira sofrer um atentado. Ele foi agredido violentamente a pauladas e pontapés, quinta-feira, às 5h40, por um desconhecido,

quando saía de casa, em Planaltina, para trabalhar e sofreu fratura no braço direito e no pé esquerdo.

A agressão ocorreu depois que Adercílio Teixeira foi identificado como marido de Renata Campos, 24 anos. Ela mandou um e-mail para a Corregedoria da Polícia Militar denunciando irregularidades no 3º BPM. No documento, Renata afirma que o major Djalma Lins e Silva Filho, comandante da unidade, é um dos proprietários da Griffó Serviços de Segurança e Vigilância Ltda e utiliza a máquina administrativa da corporação em benefício próprio.

A denúncia trouxe graves consequências para Adercílio. Ele foi transferido da 2ª Companhia, responsável pelo policiamento noturno em Rádio Patrulhamento e ostensivo, para a 4ª Companhia, que cuida do policiamento no Centro de Atendimento Juvenil Especializado (Caje). Além da transferência, o

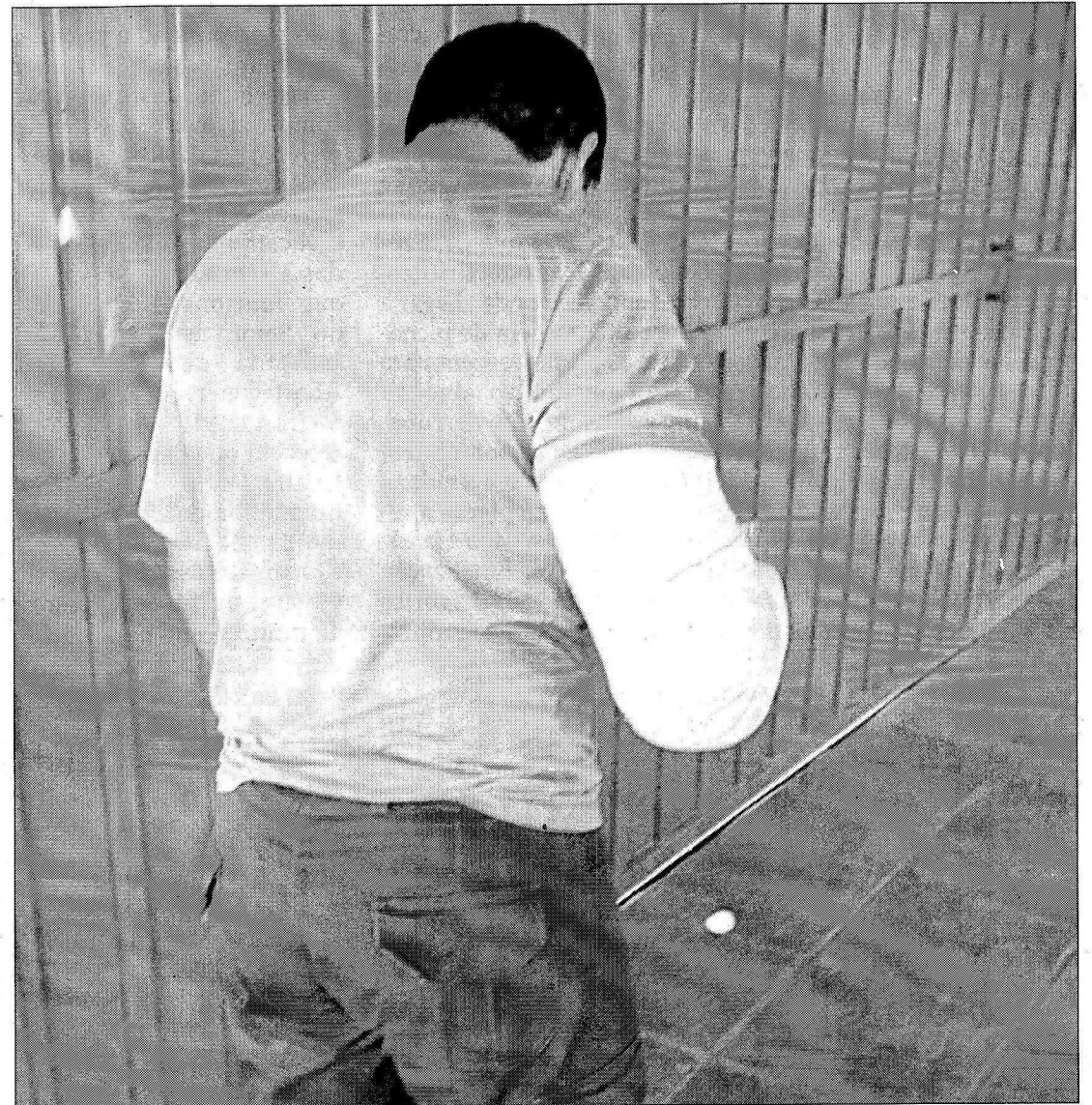
soldado foi espancado e provavelmente escapou porque estava armado. Ele chegou a disparar dois tiros contra o agressor, que fugiu sem ser atingido.

Na opinião da advogada Maria Lúcia, é muito estranho que a transferência e o atentado só tenham acontecido depois que Renata denunciou a irregularidade no 3º BPM. Segundo Lúcia, as situações se inverteram. "A mulher do major pode ser proprietária de uma empresa de segurança e o marido

Adercílio pede para ser transferido de unidade e quer o Ministério Público no caso

usar policiais e viaturas da corporação para fazer serviços na empresa e nada acontece. Enquanto o soldado é punido porque sua mulher denuncia o caso aos superiores", lamenta.

Segundo a advogada, após a agressão o soldado ficou preocupado com a segurança dele e de sua família. Por isso, temendo novas represálias, Adercílio decidiu procurar os meios competentes para garantir sua integridade física.



ADERCÍLIO Teixeira da Silva lutou com o agressor, disparou dois tiros, mas errou o alvo

Empresários do setor reclamam

Concorrência desleal. Proprietários de outras empresas de segurança, que pedem para serem identificados, afirmam que a Griffó barganha com clientes dizendo que consegue colocar policiais dentro do local do evento, garantindo maior segurança. Segundo eles, é dessa forma que a empresa, propriedade da esposa do comandante da 3ª Batalhão da Polícia Militar, major Djalma Lins e Silva Filho. A Griffó tem ainda como consultor o major Carlos Henrique Fonseca, lotado na Academia de Polícia Militar. Com a influência desses oficiais, a empresa consegue fechar a maioria dos contratos de segurança dos eventos na cidade. Segundo ex-funcionários da empresa, 60% dos seguranças da Griffó são policiais militares da ativa.

De acordo com o Estatuto dos Policiais Militares do DF, os policiais têm dedicação

exclusiva e mesmo nos horários de folga não podem exercer outra função que envolva vínculo empregatício, como cargos de gerente, sócio ou mesmo funcionário. No entanto, não há impedimento formal para que policiais realizem "bicos", mas essa prática é considerada moralmente indevida pela corporação.

Outras empresas de vigilância usam policiais para reforçar o quadro em eventos, embora não no horário de trabalho, como o denunciado pela reportagem do **Jornal de Brasília**. O proprietário da Soberana Segurança e Vigilância Ltda, Irenaldo Pereira Lima, afirma que contrata policiais militares nos horários de folga desde que o PM tenha o curso de vigilante. "O incorreto é colocar policiais à paisana na segurança interna de eventos no seu horário de trabalho", disse, embora assegure não

ter conhecimento que alguma empresa do DF tenha esse procedimento. Lima revela que os policiais proporcionam uma segurança mais eficiente. Na Soberana, eles chegam a ganhar R\$ 35 por 6 horas trabalhadas, enquanto que os vigilantes recebem cerca de R\$ 25 pelo mesmo período.

A prestação de serviço de policiais no turno de trabalho para a Griffó foi confirmada por um policial do 3º Batalhão da Polícia Militar, que não quis se identificar. Ele afirma que já trabalhou em eventos para o major Lins, que é esposo da proprietária da Griffó, Eliete Carius Lins e Silva. O PM assegurou que no Rodeio Universitário mais de 40 policiais do 3º BPM trabalharam à paisana, tarefa que seria exclusiva da 2ª Sessão, onde há somente sete policiais, entre tenente, sargento, cabo e soldado, incluindo

do uma policial mulher.

O diretor de Comunicação do Sindicato dos Vigilantes do DF, Chico Vigilante, afirma que pelo menos três empresas já procuraram a entidade para reclamar dessa prática da Griffó. Segundo ele, o uso de policiais na segurança da empresa ocorre há anos. "Os policiais não têm registro de vigilante na Delegacia do Trabalho nem na Polícia Federal. Mesmo com curso de vigilante, o regulamento interno da Polícia Militar impede que eles tenham vínculos paralelos", diz.

Chico Vigilante denuncia que a Griffó é contratada em alguns eventos por ser de policiais e que usa policiais "supostamente em folga", além de utilizar o equipamento da polícia nos eventos. "Termina a corporação fazendo segurança privada sem receber nada por isso", denuncia.

Segurança cobra taxa

Para qualquer evento que se promova, há dois tipos de segurança: a interna, realizada por uma firma privada, e a da área pública, responsabilidade da Secretaria de Segurança. O gerente de operações especiais da Vip Segurança, Leonardo Soares, afirma que, às vezes, a empresa de segurança precisa disponibilizar profissionais para a área externa do evento, pois o número de policiais disponibilizados pela SSP é insuficiente.

Soares ressalta que nessas horas o trabalho dos seguranças extrapola sua área de atuação, que seria somente a interna. "Não adianta fazer a segurança interna quando nos estacionamentos as pessoas corram risco pela ausência de policiais", diz.

Nos eventos pagos, a Secretaria de Segurança cobra a Taxa de Segurança em Eventos que varia entre R\$ 9 e R\$ 10 por hora para cada policial envolvido na operação. Esse valor é repassado para a conta

da corporação, e não de uma unidade isolada. "O dinheiro é administrado pelo comandante da corporação e é usado para compra de material de policiamento ostensivo", afirma o coordenador de Planejamento e Operações da SSP, coronel Carlos Lopes da Cunha.

Os promotores de eventos entram em contato com a Secretaria para terem o alvará para a realização do evento. Segundo o coronel Lopes, a autorização é necessária porque há a modificação do estado de segurança do local, com maior estacionamento de veículo e movimentação de pessoas.

O número de policiais para cada evento é calculado levando em consideração a quantidade de pessoas que estarão no local. Consequentemente, a taxa cobrada pela Secretaria será maior em eventos mais expressivos. "Em eventos beneficentes ou gratuitos não há pagamento da taxa", explica Lopes.